

APROVADO

59ª Sessão Ordinária - 09/10/2023

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
FRENTE PARLAMENTAR PELO CENTRO DO RECIFE.

REQUERIMENTO Nº 11111/2023

Requeremos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhada ao Gabinete do Centro do Recife - RECENTRO, na pessoa da Sra. Ana Paula Vilaça, ao Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira (ICPS) / Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), na pessoa da Sra. Mariana Asfora e ao Secretário de Política Urbana e Licenciamento (SEPUL) / Secretaria Executiva de Licenciamento na pessoa do Sr. Carlos Muniz, **indicação para remontar o acervo do antigo Departamento de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH / URB-Recife**, sobretudo o acervo do antigo Escritório de Revitalização do Bairro do Recife.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 26 de setembro de 2023.

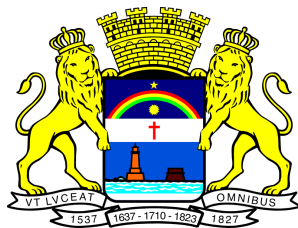
CIDA PEDROSA

Presidenta da Frente Parlamentar pelo Centro do Recife

MARCO AURÉLIO FILHO

Vice-presidente da Frente Parlamentar pelo Centro do Recife





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
FRENTE PARLAMENTAR PELO CENTRO DO RECIFE.

JUSTIFICATIVA

Foi o DPSH que, nos anos 80, elaborou, baseado no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) do Governo do Estado de Pernambuco, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos – PPSH para o Recife, posteriormente ratificado pela Lei Municipal Nº 13.957 de 1979.

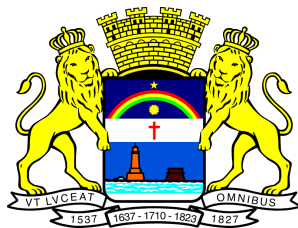
A equipe de elaboração deste plano transformou-se num departamento da URB Recife, o DPSH, que passou a cuidar do planejamento – desenvolvendo planos e projetos para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH), do controle urbano - analisando e aprovando projetos nestas áreas e constituindo, paulatinamente, um rico acervo de plantas da cidade, projetos, mapas, fotos, livros, dissertações e teses que extrapolam os sítios históricos.

A partir da criação do primeiro escritório local, *in situ*, do Bairro do Recife, ligado diretamente ao DPSH, esse acervo foi bastante ampliado com os planos e projetos elaborados dentro do próprio escritório.

Com o processo de revitalização do Bairro do Recife, a partir dos anos 90, este território passou a ser redescoberto pela população recifense e, com isso, atraindo o interesse de pesquisadores, inclusive de fora da cidade. A partir de então, foi criado um pequeno centro de documentação, atrelado ao Escritório de Revitalização do Bairro, que passou a ser aberto ao público de forma sistemática.

A partir de 2005, o DPSH é transferido da URB para a Secretaria Municipal de Cultura, transformando-se na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
FRENTE PARLAMENTAR PELO CENTRO DO RECIFE.

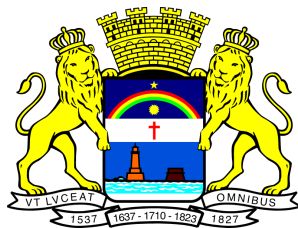
(DPPC) e o Escritório do Bairro, já desvinculado do DPSH, foi mantido em funcionamento e sua missão restrita a questões operacionais. Em 2006, com a instalação da DPPC no Pátio de São Pedro (casa 25), o acervo do DPSH foi automaticamente transferido, assim como parte do acervo do antigo Escritório do Bairro, restando parte desse material na URB Recife.

A partir de 2021, com a reforma administrativa da gestão atual, a DPPC foi fracionada em duas unidades, ficando a Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural vinculada ao Instituto da Cidade Pelópidas Silveira – ICPS e a Unidade de licenciamento em Zonas Especiais, à Secretaria Executiva de Licenciamento – SELIC. É nesta última unidade em que se encontra parte do acervo em apreço, agora fracionado em três localidades: na SELIC/PCR, na Casa 25 do Pátio de São Pedro (antiga sede da DPPC) e na URB Recife. Tanto na URB quanto na Casa 25, os documentos estão em locais fechados, sujeitos a mofo e outros danos ocasionados pela falta de conservação. Sem falar nas dificuldades para o acesso do público interessado a este importante acervo de documentos iconográficos, planos, projetos, além de documentos textuais e cartográficos.

Portanto, a criação de um espaço específico, que reúna as condições físicas ideais para a guarda e o acesso a este importante acervo sobre a história e a memória da nossa cidade deve ser priorizada pelo executivo, vez que há um risco iminente de perda desse valioso material. Todo o acervo deverá ser tratado/higienizado, catalogado, digitalizado e acondicionado em mobiliário e condições ambientais adequadas e acessível a estudantes, pesquisadores e ao público em geral, interessados no planejamento e na compreensão do patrimônio cultural material do Recife.

O período de atuação do antigo DPSH deixou em seus arquivos um importante acervo documental dos projetos e dos planos elaborados para edificações localizadas nas ZEPHs e dos estudos para criação dos Imóveis Especiais de





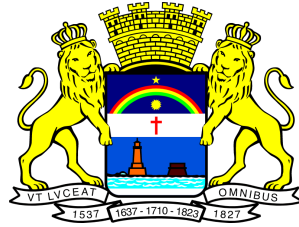
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
FRENTE PARLAMENTAR PELO CENTRO DO RECIFE.

Preservação – IEPs, instituídos pelo Município com a Lei 16.284/97. Informações preliminares sobre este acervo, levantado pela Unidade de Licenciamento de Zonas Especiais da Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (SEPUL) fornecem uma ideia da sua magnitude:

- Cartografia: aproximadamente 1.800 plantas próprias em formato físico;
- 1.050 livros e encadernados cobrindo aproximadamente 23 metros lineares;
- Número não estimado de fotografias de imóveis e do patrimônio material. (Cronologicamente correspondem ao período 1970-2010);
- Aproximadamente 600 CDs e DVDs com conteúdos variados: projetos, pesquisas em acervos externos para subsidiar relatórios e processos, etc;
- Acervo Administrativo, número não estimado de documentos;
- Acervo Técnico (Plantas de levantamentos, de planos e de projetos urbanísticos, de projetos arquitetônicos para imóveis preservados e/ou tombados, livros e revistas especializadas, dissertações, teses, dentre outros.

Do antigo Escritório Técnico do Bairro do Recife é possível enumerar uma grande quantidade de projetos que ilustram as diversas etapas da ação pública na proteção do patrimônio: o Projeto Cores da Cidade – Rua do Bom Jesus, a restauração de antigas edificações (n^{os} 227, 237, 147, 155 e 143) também da Rua do Bom Jesus, o Programa Monumenta-BID, a Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros, a Sinalização Turística, a Recuperação das Fachadas da Rua Alfredo Lisboa, a Restauração da Torre Malakoff, a implantação do Porto Digital, os estudos que projetaram o Shopping Alfândega, a revitalização da Rua da Moeda, o Projeto Luz do Recife Antigo, a recuperação da 1^a Sinagoga das Américas e inúmeros outros projetos que revelaram um patrimônio esquecido e deram nova vitalidade ao bairro. São





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
FRENTE PARLAMENTAR PELO CENTRO DO RECIFE.

plantas, projetos, fotografias, documentos originais ou impressos em papel que despertam o interesse de pesquisadores e exigem condições ambientais adequadas para sua conservação.

Ainda de acordo com informações fornecidas pela Unidade de Licenciamento de Zonas Especiais da SEPUL “No período de 1 setembro de 2021 a 22 de junho de 2022, foi computado um total de 178 solicitações individuais de pesquisa externa. (...) O público atendido foi bastante variado: profissionais arquitetos, proprietários dos imóveis e seus dependentes legais, acadêmicos (graduandos, mestrandos e doutorando) de Universidades brasileiras do estado de Pernambuco (ESUDA, UFPE, UNICAP, UNINASSAU) e fora dele (UNIFOR, UFCG), bem como de Universidades localizadas fora do Brasil (Universidade do Porto – Portugal, École de Hautes Estutes – França).” Esse interesse na pesquisa atesta a necessidade de reunir e conservar o acervo documental do Bairro do Recife.

Além de guardar a memória do patrimônio histórico e cultural do Recife, o acervo documental, constitui um importante instrumento de planejamento para a cidade, sendo necessária à a sua preservação e conservação, devendo todo o acervo ser tratado/higienizado, catalogado, digitalizado, acondicionado em mobiliário e condições ambientais adequadas e disponibilizado a estudantes, pesquisadores e ao público em geral, interessados no planejamento e na compreensão do patrimônio cultural material do Recife. Atualmente disperso em mais de um endereço de órgãos da PCR e guardado em condições insalubres o acervo corre o risco iminente de degradação.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos pares para a aprovação do Requerimento.



